

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.451.071 - SP (2014/0096451-0)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RECORRIDO : ROTA IMPORTS LTDA - MICROEMPRESA
ADVOGADOS : FELIPE ZORZAN ALVES - SP182184
GUILHERME DE CASTRO BARCELLOS E OUTRO(S) - RS056630

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pela **Fazenda Nacional** com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (fls. 231/232):

ADMINISTRATIVO. ADUANEIRA. DESEMBARAÇO. TRÂNSITO ADUANEIRO. IRREGULARIDADES NA DECLARAÇÃO. RETIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. NOVO REGISTRO

Discute-se o direito à retificação da Declaração de Trânsito Aduaneiro - DTA, ou à realização de novo registro, relativamente às mercadorias importadas pela impetrante, chás e outros produtos comestíveis, tendo em vista a constatação, pela autoridade aduaneira, de declaração equivocada quanto à espécie de mercadoria e de ausência da informação da necessidade de anuência dos órgãos de fiscalização sanitária.

Rejeito a preliminar arguida pela apelante de não comprovação do direito líquido e certo à retificação ou registro de nova DTA. O interesse de agir, traduzido na necessidade do provimento e na adequação procedimental, encontra fundamento na nítida resistência da autoridade ao hipotético reconhecimento do direito pleiteado, obrigando o contribuinte a se valer das vias judiciais para a declaração e reconhecimento do direito pleiteado.

Na hipótese, houve a retenção de mercadoria perecível, fundamentada na Instrução Normativa nº 248/02, que trata acerca da aplicação do regime de trânsito aduaneiro, em razão de ter sido apontado pela fiscalização equívoco quanto à especificação da espécie de mercadoria a ser internalizada e ausência de informação quanto à necessidade de anuência da ANVISA e do MAPA. O regulamento aduaneiro define, no artigo 315 (Decreto 6.759/09), o que vem a ser o regime especial de trânsito aduaneiro, consignando encontrarem-se suspensos os tributos das mercadorias que ingressem no país sob essa

Superior Tribunal de Justiça

modalidade, regime que tem como condição resolutive a entrega da mercadoria ao destino.

De fato, a impetrante operou de forma equivocada ao descrever as mercadorias sujeitas a regime de trânsito aduaneiro como "acessórios de reposição", e não como chás e outros produtos comestíveis, como de fato eram.

Atuou em erro, ainda, ao suprimir da DTA a necessidade de sujeição da mercadoria à fiscalização da ANVISA e do MAPA.

No que concerne à possibilidade de retificação da DTA em comento, nos termos do artigo 44, da IN 248/02, mediante as informações prestadas pela autoridade dita coatora, o sistema informatizado da Receita Federal não permitiria referido ato, porquanto já operado seu cancelamento, afigurando-se inexecutável a utilização da mesma DTA. Propõe, no caso do reconhecimento do pedido da impetrante pelo Juízo, o registro de uma nova DTA, o que foi anuído pela impetrante.

Uma vez previsto na legislação o regime de trânsito aduaneiro e, enquadrada a importação pretendida no referido procedimento, mediante requerimento do interessado, cabe à Administração proceder à sua análise e verificação da subsunção das informações apresentadas aos requisitos legais, não havendo se falar em imposição do regime que melhor aprouver ao administrador, em desconformidade com o interesse público primário a que se deve visar.

Ademais, a decisão administrativa que cancelou a DTA registrada pela impetrante não faz coisa julgada dotada de definitividade, mostrando-se legítima a inscrição de nova DTA para a Administração proceder à sua reanálise, precipuamente, quando diverso o conteúdo da nova DTA, porquanto a coisa julgada dita administrativa apenas alcança a própria Administração.

Não se altera referido pensamento por ter a liminar, em um primeiro momento, ratificado a decisão administrativa. A decisão liminar, fruto de um juízo de cognição sumária do juiz da causa, não possui caráter definitivo, e deve ser confirmada ou não pela sentença de mérito. No caso dos autos, ao julgar procedentes os embargos de declaração e, por derradeiro, conceder parcialmente a segurança, alterou-se em parte a decisão liminar anteriormente prolatada, infirmando o argumento lançado pela impetrada.

Agravo retido, apelação e remessa oficial a que se nega provimento.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 243/250).

A parte recorrente aponta violação aos seguintes dispositivos da legislação federal:

Superior Tribunal de Justiça

(I) art. 535 do CPC/73, na medida em que é manifesta a omissão do julgado no trato da questão do reconhecimento de irregularidades no preenchimento da DTA, circunstância que impossibilita a concessão do Regime de Trânsito Aduaneiro, podendo, todavia, ser realizada a importação pela via comum, ou seja, o desembaraço aduaneiro;

(II) arts. 261, § 3º, e 425, c, ambos do Regulamento Aduaneiro, afirmando que a concessão do trânsito aduaneiro é faculdade da administração, inserindo-se no campo de sua discricionariedade. Assim, o pedido de concessão do regime pode ser deferido ou não, do que se depreende que o ato administrativo de concessão do regime tem natureza de autorização e não de licença. Conclui, desse modo, que não se mostra possível a renovação da DTA, já que é incontroversa a existência de irregularidades as quais impossibilitam a concessão do Regime de Trânsito Aduaneiro Especial, podendo, todavia, ser realizada a importação pela via comum.

O Ministério Público Federal opina pelo desprovisionamento do recurso (fls. 294/300).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 – relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 – devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Feita essa observação, já adianto que a pretensão não merece acolhida. Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional. Confira-se, a propósito, trecho do acórdão recorrido (fl. 229):

Superior Tribunal de Justiça

O registro de nova DTA não encontra óbices na legislação, ademais, referida possibilidade foi reconhecida pela própria autoridade coatora como solução ao obstáculo colocado pelo sistema para a retificação da declaração de trânsito.

A alegação da autoridade impetrada, lançada nas razões do agravo retido, de que não caberia revisão da decisão administrativa que indeferiu a DTA, a qual foi corroborada por liminar judicial, não merece guarida, máxime quando propõe uma única hipótese de desembaraço da mercadoria, qual seja, perante a unidade alfandegária de origem, na qual armazenadas as mercadorias.

Uma vez previsto na legislação o regime de trânsito aduaneiro e, enquadrada a importação pretendida no referido procedimento, mediante requerimento do interessado, cabe à Administração proceder à sua análise e verificação da subsunção das informações apresentadas aos requisitos legais, não havendo se falar em imposição do regime que melhor aprouver ao administrador, em desconformidade com o interesse público primário a que se deve visar.

Ademais, a decisão administrativa que cancelou a DTA registrada pela impetrante não faz coisa julgada dotada de definitividade, mostrando-se legítima a inscrição de nova DTA para a Administração proceder à sua reanálise, precipuamente, quando diverso o conteúdo da nova DTA, pois a coisa julgada dita administrativa apenas alcança a própria Administração.

Não se altera referido pensamento por ter a liminar, em um primeiro momento, ratificado a decisão administrativa. A decisão liminar, fruto de um juízo de cognição sumária do juiz da causa, não possui caráter definitivo e deve ser confirmada ou não pela sentença de mérito. No caso dos autos, ao julgar procedentes os embargos de declaração e, por derradeiro, conceder parcialmente a segurança, alterou-se em parte a decisão liminar anteriormente prolatada, infirmando o argumento lançado pela impetrada.

Quanto ao mais, não se faz possível a esta Corte conhecer suposta a afronta aos arts. 261, § 3º, e 425, c, ambos do Regulamento Aduaneiro, uma vez que o referido instrumento normativo refoge do conceito de lei federal.

De fato, o STJ tem compreensão no sentido de que *"não é possível, pela via do Recurso Especial, a análise de eventual ofensa a decreto regulamentar, resoluções, portarias ou instruções normativas, por não estarem tais atos administrativos compreendidos no conceito de lei federal, nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal."* (REsp 1.653.074/AM, Rel. Ministro Herman Benjamin,

Superior Tribunal de Justiça

Segunda Turma, julgado em 21/3/2017 DJe 24/4/2017). No mesmo sentido ainda temos:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. A EXIGIBILIDADE DA EXAÇÃO - IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO E IPI - EM RAZÃO DO DESCUMPRIMENTO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PELA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE MERCADORIA ESTRANGEIRA ESTÁ ATRELADA AO CONJUNTO FÁTICO DOS AUTOS. INVIABILIDADE DE ALTERAÇÃO NESTA SEARA RECURSAL. ADEMAIS, A DEMANDA FORA DECIDIDA COM BASE NO REGULAMENTO ADUANEIRO, ATO NORMATIVO QUE NÃO SE ENQUADRA NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. O VALOR FIXADO A TÍTULO DE HONORÁRIOS (20% SOBRE O VALOR DA CAUSA - R\$ 22.226,42) NÃO SE MOSTRA EXORBITANTE A PONTO DE ATRAIR A INTERVENÇÃO DESTA CORTE NO SEU REDIMENSIONAMENTO. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O Tribunal de origem, após minucioso exame dos elementos fáticos contidos nos autos, resolveu a controvérsia acerca da exigibilidade da exação tributária em comento também sobre a parcela denominada Componentes de Frete. Inviabilidade de alteração nesta seara recursal, ante o óbice do verbete sumular 7/STJ.

2. Outrossim, a apreciação da controvérsia exige a interpretação do Regulamento Aduaneiro, que não se enquadra no conceito de Lei Federal, conforme disposto no art. 105, III, alínea a da Constituição Federal. Nesse sentido: AgRg no Ag. 701.741/SP, Rel.

Min. HUMBERTO MARTINS, DJ 6.6.2007; AgRg no Ag. 811.205/RJ, Rel.

Min. GILSON DIPP, DJ 11.6.2007.

[...]

(AgInt no REsp 1654757/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/06/2019, DJe 27/06/2019)

ANTE O EXPOSTO, conheço em parte do recurso especial e, na parte conhecida, nego-lhe provimento.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

